



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2025

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pela Controladoria-Geral da União (CGU), sobre queda do Brasil em ranking de percepção da corrupção.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações a Controladoria-Geral da União (CGU), sobre queda do Brasil em ranking de percepção da corrupção.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- Qual a justificativa técnica para que o ministro da CGU tenha desdenhado do ranking da Transparência Internacional, chamando-o de "conversa de boteco", quando esse índice é amplamente reconhecido internacionalmente? Há estudos internos da CGU que contradigam a metodologia utilizada pela entidade?*
- Em 2020, a deputada Gleisi Hoffmann utilizou o mesmo ranking para criticar o governo Bolsonaro. Por que o governo Lula agora desqualifica um índice que antes era considerado*





legítimo por seus aliados?

- O relatório do Corruption Risk Forecast apontou queda na independência do Judiciário e na liberdade de imprensa no Brasil. A CGU reconhece esses retrocessos? Quais medidas têm sido adotadas para garantir transparência e liberdade de expressão no atual governo?*
- O governo Lula bateu recordes de liberação de emendas parlamentares, recurso que passou a ser moeda de troca política. Como a CGU avalia essa prática sob a ótica da transparência e do combate à corrupção?*
- Empresas envolvidas em esquemas de corrupção têm recebido abatimentos de até 50% em acordos de leniência negociados pela CGU. Qual o critério para essas reduções? Há risco de impunidade com essas concessões?*
- O ministro Juscelino Filho segue no cargo apesar de ser indiciado por corrupção e organização criminosa, com relatório da Polícia Federal apontando irregularidades em sua gestão. A CGU recomendou sua exoneração? Como avalia a permanência de autoridades sob investigação?*
- O governo Lula impôs sigilo de 5 anos sobre documentos relacionados à compra de energia da Venezuela, que favorece os irmãos Batista, envolvidos em escândalos de corrupção. Como a CGU justifica essa falta de transparência?*
- O governo não esclarece os critérios de seleção dos projetos do Novo PAC. A CGU tem acompanhado essas escolhas? Como garante que não há favorecimento político na distribuição dos recursos?*
- A CGU tem conhecimento das denúncias sobre loteamento político na Petrobras e decisões questionáveis que violariam a*





Lei das Estatais? Há alguma investigação em andamento sobre essas denúncias?

- O presidente Lula defende regulação mais rígida da imprensa digital, alegando que "não há lei" para punir abusos. A CGU considera essa posição compatível com os princípios da transparência e da liberdade de imprensa?*
- O Ministério Público Federal investiga os sigilos impostos sobre gastos de Janja e visitas dos filhos do presidente ao Palácio do Planalto. A CGU endossa a manutenção desses sigilos? Como concilia isso com a Lei de Acesso à Informação?*
- Janja viajou a Roma em missão oficial, mesmo sem cargo público, acompanhada de quatro assessores, com custo estimado em R\$ 140 mil aos cofres públicos. Qual o respaldo legal para esse tipo de despesa? A CGU fiscaliza esses gastos?*
- Pesquisas recentes da Atlas Intel e Datafolha indicam queda na popularidade do governo Lula e aumento na percepção de corrupção. A CGU reconhece essa crise de credibilidade? O que tem sido feito para reverter essa percepção?*
- O Brasil ocupa a 107ª posição no ranking da corrupção, ficando atrás de países como Argentina, Colômbia, Etiópia, Senegal e Cuba. A CGU considera aceitável essa posição? Há metas concretas para melhorar o desempenho do país?*
- O governo Lula enfraqueceu a Lei das Estatais, facilitando indicações políticas e reduzindo mecanismos de compliance. A CGU considera essa medida como avanço ou retrocesso no combate à corrupção?*
- O ministro da CGU tem mantido postura de defesa incondicional do governo, inclusive desqualificando críticas*





fundamentadas. Como garantir a independência do órgão diante da crescente percepção de ingerência política?

- O presidente Lula declarou que não pretende responder perguntas que considera "molecagem". Essa postura contraria o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição e a Lei de Acesso à Informação (LAI). A CGU endossa esse comportamento? Como garante que o governo siga os princípios da transparência?*

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o pedido de informações a Controladoria-Geral da União (CGU), sobre queda do Brasil em ranking de percepção da corrupção.

Isto porque, conforme noticiado¹, Ministro da CGU chama de 'conversa de boteco' pesquisa que mostra queda do Brasil em ranking sobre corrupção.

Assim, onde 'Conversa de Boteco' do Ministro da CGU encontra a Realidade O governo Lula enfrenta desgaste crescente em transparência e combate à corrupção, acumulando críticas e queda em rankings internacionais. Enquanto a CGU minimiza e o PT responde com *fake news*, Lula reforça o retrocesso institucional ao questionar a liberdade de imprensa e rejeitar fiscalizações sobre gastos públicos, medidas que contribuem para a avaliação negativa do governo. O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) desdenhou o resultado da pesquisa Corruption Perception Index,

¹ <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/11/ministro-da-cgu-chama-de-conversa-de-boteco-pesquisa-que-mostra-queda-do-brasil-em-ranking-sobre-corrupcao.ghtml>





referindo-se a ela como uma *"Conversa de Boteco"* e tentando desmerecer a pesquisa em seu aspecto formal.

Na mesma linha ofensiva, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, revidou com fake news, mas acabou por receber mais uma checagem de conteúdo negativa da comunidade da rede X.

"A Transparência Internacional foi sócia da corrupção da Lava Jato, no desvio de R\$ 2,6 bilhões para uma fundação privada de Deltan Dallagnol e outros procuradores [...]". Deputada Gleisi Hoffmann.

Salientamos ainda que a deputada parece ter memória seletiva, tendo em vista que utilizou a mesma pesquisa para criticar o governo Bolsonaro em 2020.

Com efeito, o relatório da entidade atacada pela cúpula petista revela problemas no Poder Executivo que podem ser listados objetivamente, com inúmeras denúncias realizadas pela imprensa e pela oposição no Congresso. Em outras palavras, há um vasto arcabouço factual, que torna mais controversa a posição governista.

Ademais, outras pesquisas apontam para a redução da transparência no Brasil com o governo petista, como o *Corruption Risk Forecast*, desenvolvido pelo *European Research Centre for Anti-Corruption and State-Building* (ERCAS), o *Anti-Corruption & Governance Center* (ACGC) e o *Center for International Private Enterprise* (CIPE).

Em seu resultado de 2023, a pesquisa revelou uma queda significativa em dois aspectos: Independência do Judiciário, em razão dos vínculos com o Poder Executivo, e Liberdade de Imprensa. Nesse contexto, seria razoável que o ministro e o PT adotassem uma postura mais proativa na identificação e resolução dos problemas de transparência e das denúncias de corrupção, em vez de serem refratários às críticas bem-fundamentadas.





Segundo a entidade de transparência, o atual governo tem defendido práticas que fragilizam a transparência e o combate à corrupção, criando um cenário de retrocesso institucional, com destaque para: Uso político das emendas parlamentares – governo Lula bate recorde histórico de emendas parlamentares, recursos passaram a ser moeda de troca entre Executivo e Legislativo, enfraquecendo o controle institucional Renegociação opaca de acordos de leniência – a CGU intermediou negociação com empresas envolvidas em corrupção, as quais foram beneficiadas com abatimentos de até 50%, comprometendo a responsabilização. Manutenção de autoridades sob suspeita – o ministro Juscelino Filho segue no cargo apesar de indiciado por corrupção e por organização criminosa, com relatório da Polícia Federal apontando diversos indícios de irregularidades na gestão do ministro das Comunicações de Lula. Manutenção de autoridades sob suspeita – o ministro Juscelino Filho segue no cargo apesar de indiciado por corrupção e por organização criminosa, com relatório da Polícia Federal apontando diversos indícios de irregularidades na gestão do ministro das Comunicações de Lula. Favorecimento de empresários envolvidos em escândalos – os irmãos Batista, da J&F, continuam impunes e favorecidos por medidas governamentais nos diversos setores em que atuam, como no caso da compra de energia da Venezuela. Por sinal, o governo impôs um sigilo de 5 (cinco) anos nas comunicações sobre o negócio controverso, reafirmando o “padrão PT” de transparência. Falta de transparência no Novo PAC – infelizmente, conteúdos dispersos e restritos são a marca do descontrole e da falta de transparência do Novo PAC. Não há clareza sobre critérios de seleção dos projetos e transparentes, dificultando o controle social e a fiscalização sobre os investimentos. Ingerência política na Petrobras – decisões questionadas pelo corpo técnico indicam violações à Lei das Estatais. Não somente, destacamos complementarmente o





avanco do loteamento político na estatal, característica que contribuiu para a maior crise da história da Petrobras, durante o governo de Dilma Rousseff.

Embora este seja um resumo conciso, pois há muito mais controvérsias envolvendo o governo Lula em 2024, discordamos da percepção palaciana de que a crítica à transparência do governo não se sustenta, muito pelo contrário. Não obstante, acreditamos ser plausível a postura galhofeira do ministro da CGU, uma vez que o comportamento anti transparência encontra eco no comportamento de seu superior, o presidente da República. Lula coroou a semana com pérolas como a "*pergunta informativa de molecagem*", que o governo não teria obrigação de responder, não sem antes levantar a bandeira anti-imprensa, histórica nos círculos do PT.

"Nós precisamos regular essa chamada imprensa digital. Não é possível que em uma imprensa escrita ou em uma televisão ele é punido. Tem lei para isso. E no digital, não tem. Os caras acham que podem o que quiserem. Provocar, xingar, incentivar a morte, a promiscuidade na vida das pessoas e não tem nada para punir". Lula.

Em pese as inúmeras desinformações na fala, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de instrumentos normativos suficientes para coibir abusos na esfera digital, garantindo a responsabilização de eventuais transgressores.

O uso da rede, prevendo a responsabilização de usuários e provedores. O Código Penal e a legislação cível já tipificam condutas como injúria, difamação, calúnia e incitação ao crime, aplicáveis independentemente do meio em que ocorram. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) disciplina a utilização de informações pessoais, conferindo garantias contra abusos. Por fim, o direito de resposta, previsto na Lei nº 13.188/2015, pode ser aplicado à internet, especialmente a veículos de comunicação digital,





conforme interpretação judicial. Desse modo, a assertiva de que inexistem mecanismos punitivos para a imprensa digital não encontra respaldo jurídico. Deve-se considerar ainda que o presidente e seu partido já utilizaram o direito de resposta inúmeras vezes.

Nas eleições de 2022, por exemplo, Lula obteve 184 inserções de direito de resposta nas propagandas de Bolsonaro, um número significativo ao considerarmos que o principal beneficiário destas acredita que a internet é uma *"terra sem lei"*. Já a fala sobre a pergunta informativa de *"molecagem"* surgiu no contexto das pressões que o Planalto tem recebido sobre explicações para a malversação de recursos públicos por familiares de Lula.

"Agora a gente tem que separar o que é pergunta séria, o que é pergunta informativa e o que é molecagem. Então aquilo que é irresponsável, a gente não vai dar bola para aquilo". Lula.

Primeiramente, a Constituição Federal de 1988 assegura, no artigo 5º, inciso XXXIII, o direito de todos os cidadãos de obter dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, excetuando-se aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, o que não se aplica ao caso.

O artigo 37, caput, estabelece os princípios que regem a administração pública, incluindo a publicidade, que implica a divulgação oficial dos atos administrativos para garantir transparência e possibilitar o controle social. Por sua vez, a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamenta esse direito constitucional, determinando que órgãos e entidades públicas divulguem proativamente informações de interesse coletivo, como receitas, despesas, licitações e contratos, e estabelece procedimentos para que qualquer pessoa possa solicitar e obter essas informações sem necessidade de justificativa (§3º do art. 10). Em outras





palavras, não é cabível o filtro que o presidente pretende instituir no governo à revelia da lei.

Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. [...] § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Inclusive, o Ministério Público Federal abriu investigação para investigar a caixa-preta do Palácio, contemplando as sucessivas classificações de sigilo de 100 anos e os gastos nababescos da primeira-dama. De acordo com a página independente Janjometro, estima-se que a primeiradama já teria gasto mais de R\$ 116 milhões do erário público desde o início do governo.

"Apurar supostas irregularidades ocorridas na Presidência da República, como a recusa em fornecer informações sobre a quantidade de assessores à disposição e o uso de sigilo com relação à visita dos filhos do presidente ao Palácio do Planalto, bem como em relação ao uso do helicóptero presidencial e à alimentação no Palácio da Alvorada". Pedido Inicial da Abertura do Inquérito.

Para mencionarmos apenas um exemplo, sem ocupar cargo público, a primeira-dama está em Roma representando a presidência. Segundo apuração de "O Estadão", a comitiva já custou ao menos R\$ 140 mil aos cofres públicos.

O que legitima a representação do Brasil por Janja, se esta não ocupa cargo público? Por que ela necessita de quatro assessores acompanhando em uma viagem que não pode ser categorizada como oficial? E quanto custará essa extravagância para erário? As perguntas se acumulam e, muitas vezes, não são respondidas. A





análise da conjuntura revela de maneira inequívoca o motivo pelo qual o Brasil tem gradualmente perdido posições nos rankings globais de transparência com Lula e companhia.

A resposta, clara e objetiva, reside no descompromisso do governo em promover a transparência, evidenciado tanto por suas ações concretas quanto pelas declarações torpes de seus líderes. A evidência da crescente intolerância do brasileiro em relação ao descompromisso governamental é patente, conforme revelam as mais recentes pesquisas Atlas Intel e Datafolha, que apontam o pior momento da gestão atual e o resultado mais negativo da história de Lula. O próprio presidente Lula experimenta essa crise de forma direta, sendo notável o esvaziamento dos eventos promovidos pelo Planalto, um claro sinal de que a paciência da população para as bravatas presidenciais está se esaurindo. Estamos imersos em uma crise de natureza econômica e política, mas, acima de tudo, uma crise de credibilidade.

Ao que se tem, o Ministro da CGU, com a altivez própria daqueles que confundem arrogância com autoridade, nos brinda com mais uma pérola do governo: declarar que o ranking da Transparência Internacional, que colocou o Brasil na pior posição de sua história, não passa de "*conversa de boteco*". Que escolha peculiar de palavras. Pois se há um lugar onde ainda se diz a verdade sem medo, onde os cidadãos falam sem rodeios sobre o que veem e sentem, esse lugar é justamente o boteco – e não os salões herméticos onde se fabricam desculpas para o inaceitável.

Não há surpresa alguma nesse episódio. Um governo que desmontou a Lei das Estatais, enfraqueceu os órgãos de controle e diluiu a transparência agora se vê diante das consequências de seus próprios atos. E, em vez de corrigir o rumo, ataca o mensageiro. A estratégia é previsível: desqualificar os fatos, desacreditar os números, culpar uma conspiração imaginária. Se a população percebe





que a corrupção avança, deve ser culpa da “desinformação”; se os índices internacionais apontam o declínio moral do país, devem ser fruto de alguma agenda oculta. Mas os números são implacáveis. O Brasil ocupa hoje a 107ª posição entre 189 países, superado por nações como Argentina, Colômbia, Etiópia, Senegal, Cuba e Cazaquistão. E o governo, em vez de enfrentar essa realidade com coragem e determinação, prefere desdenhá-la, como se o problema estivesse nas estatísticas e não na conduta de seus próprios líderes.

O ministro faria bem em lembrar que a grandeza de um governo não se mede pelas desculpas que dá, mas pelo caráter que demonstra. Em tempos difíceis, os homens públicos têm a escolha entre enfrentar os desafios ou esconder-se atrás de bravatas. Minha sugestão ao ministro é simples: menos palavras vazias, mais trabalho sério e, acima de tudo, um pouco de humildade.

Diante da gravidade da questão e da necessidade de assegurar o cumprimento das leis e o combate à corrupção, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

